

PEDRO LUBE SPERANDIO

CONTRA OS PODERES INSTRUTORIOS DO JUIZ

A PROVA *EX OFFICIO* E A QUEBRA
DE IMPARCIALIDADE JUDICIAL

coleção,
devido processo legal

coordenação

ANTÔNIO CARVALHO FILHO

EDUARDO JOSÉ DA FONSECA COSTA

Copyright © 2021 by Editora Letramento

Copyright © 2021 by Pedro Lube Sperandio

Diretor Editorial | Gustavo Abreu
 Diretor Administrativo | Júnior Gaudereto
 Diretor Financeiro | Cláudio Macedo
 Logística | Vinícius Santiago
 Comunicação e marketing | Giulia Staar
 Assistente Editorial | Matheus Moreno e Sarah Júlia Guerra
 Designer Editorial | Gustavo Zeferino e Luís Otávio Ferreira

COLEÇÃO DEVIDO PROCESSO LEGAL

Coordenação
 Antônio Carvalho Filho
 Eduardo José Da Fonseca Costa

Conselho Editorial | Alessandra Mara de Freitas Silva; Alexandre Moraes da Rosa; Bruno Miragem; Carlos Maria Cárcova; Cássio Augusto de Barros Brant; Cristian Kiefer da Silva; Cristiane Dupret; Edson Nakata Jr; Georges Abboud; Henderson Fürst; Henrique Garbellini Carnio; Henrique Júdice Magalhães; Leonardo Isaac Yarochewsky; Lucas Moraes Martins; Luiz Fernando do Vale de Almeida Guilherme; Nuno Miguel Branco de Sá Viana Rebelo; Renata de Lima Rodrigues; Ribera Casara; Salah H. Khakhal Jr; Willis Santiago Guerra Filho.

1196816

Todos os direitos reservados.
 Não é permitida a reprodução desta obra sem
 aprovação do Grupo Editorial Letramento.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

S749c Sperandio, Pedro Lube

Contra os poderes instrutórios do juiz: a prova ex officio e a quebra de imparcialidade judicial / Pedro Lube Sperandio ; coordenado por Antônio Carvalho Filho, Eduardo José da Fonseca Costa. - Belo Horizonte : Casa do Direito, 2021.

282 p. ; 15,5cm x 22,5cm. -- (Devido Processo Legal)

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5932-045-5

1. Direito. 2. Juiz. 3. Imparcialidade judicial. I. Carvalho Filho, Antônio. II. Costa, Eduardo José da Fonseca. III. Título. IV. Série.

2021-2249

CDD 340

CDU 34

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito 340
2. Direito 34

Belo Horizonte - MG

Rua Magnólia, 1086

Bairro Caçara

CEP 30770-020

Fone 31 3317-5771

contato@editoraletramento.com.br

editoraletramento.com.br

casadodireito.com



Casa do Direito é o selo jurídico do
 Grupo Editorial Letramento

11	APRESENTAÇÃO
14	PREFÁCIO
17	INTRODUÇÃO
23	1 PREMISSAS TEÓRICAS E CRÍTICAS FUNDAMENTAIS AOS PODERES DO JUIZ NA INSTRUÇÃO DO PROCESSO
23	1.1. A JURISDIÇÃO COMO INSTITUIÇÃO DE PODER E O DEVIDO PROCESSO LEGAL COMO INSTITUIÇÃO DE GARANTIA
34	1.2. AS ORIENTAÇÕES GARANTISTAS E PUBLICISTAS (ATIVISTAS) NA ATUAÇÃO PROBATÓRIA DO JUIZ
52	1.3. RECONDUÇÃO DO DEBATE SOBRE OS MODELOS E COMPREENSÕES DE PROCESSO
53	1.3.1. MODELO ADVERSARIAL X MODELO INQUISITÓRIO
74	1.3.2. GARANTISMO PROCESSUAL X INSTRUMENTALISMO PROCESSUAL
84	1.4. BUSCA DA VERDADE E REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA NA INICIATIVA PROBATÓRIA DO JUIZ: POSSIBILIDADE OBJETIVA OU MERO ARGUMENTO RETÓRICO?
114	2 PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ E A QUEBRA DE IMPARCIALIDADE PARA JULGAMENTO
114	2.1. OS PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015
122	2.2. PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ E IMPARCIALIDADE
129	2.3. QUEBRA DE IMPARCIALIDADE OBJETIVA
129	2.3.1. QUEBRA DE IMPARCIALIDADE FUNCIONAL DO JUIZ (IMPARCIALIDADE (TERCEIRIDADE))
152	2.3.2. QUEBRA DE IMPARCIALIDADE POR AUSÊNCIA DE ORIGINALIDADE COGNITIVA DO JUIZ
159	2.4. QUEBRA DE IMPARCIALIDADE SUBJETIVA

- 159 2.4) O JUIZ REALMENTE NÃO SABE A QUEM A PROVA BENEFICIARÁ? CONFRONTO DA JUSTIFICATIVA PUBLICISTA DE PRODUÇÃO DE PROVA *EX OFFICIO* COM A CONSTATAÇÃO LÓGICO-PROCESSUAL SOBRE A REGRA DE JULGAMENTO (ÔNUS DA PROVA OBJETIVO)
- 171 2.4.2 A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA COMPORTAMENTAL COGNITIVA IMPOSSIBILIDADE DE NEUTRALIDADE PSICOLÓGICA NA DETERMINAÇÃO DE PROVA *EX OFFICIO* E QUEBRA INCONSCIENTE DE IMPARCIALIDADE (ENVIESAMENTOS COGNITIVOS NO JULGAMENTO)
- 180 2.5. PARCIALIDADE POSITIVA DO JUIZ: REALIZAÇÃO DA IGUALDADE PROCESSUAL OU VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL?
- 194 2.6. PRODUÇÃO DA PROVA *EX OFFICIO* SERIA, ENTÃO, DEVER OU FACULDADE DO JUIZ?

203 3 APONTAMENTOS PARA SOLUÇÃO DO PROBLEMA DOS PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ

- 203 3.1. INCONSTITUCIONALIDADE DOS PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ
- 218 3.2. CONTENÇÃO DOS PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ NO PROCESSO COMO VETOR A SUA EFETIVIDADE, A SUA RAZOÁVEL DURAÇÃO E A SUA MENOR ONEROSIDADE
- 225 3.3. RECOMENDAÇÃO POR UM MODELO NORMATIVO-PROCESSUAL PRECAUCIONAL DESENVIESANTE CONTRA QUEBRAS INCONSCIENTES DE IMPARCIALIDADE DOS JULGADORES DE EDUARDO JOSÉ DA FONSECA COSTA
- 230 3.4. SOLUÇÃO ALTERNATIVA IMEDIATA PARA O JUIZ: *INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DAS NORMAS DE NOMEAÇÃO DE DEFENSOR PÚBLICO E ADVOGADO OATIVO*
- 240 3.5. SOLUÇÃO ALTERNATIVA IMEDIATA PARA A PARTE: *INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DAS HIPÓTESES DE IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO DO JUIZ POR QUEBRA DE IMPARCIALIDADE*

250 CONCLUSÕES

258 REFERÊNCIAS